

Memória e Literatura: uma perspectiva hermenêutica

Memory and Literature: a hermeneutic perspective

Luciana Ferreira Tavares*

Este artigo reflete sobre a memória e a literatura, ambas inseridas numa perspectiva hermenêutica. Mostraremos que uma obra literária tanto quanto um documento e/ou arquivo histórico precisam ser interpretados, isto é, não devem ser compreendidos somente no que dizem, mas também nas experiências que testemunham em suas entrelinhas. O que os leitores apreendem desta narrativa histórico-literária não seria a vida em si, que permanece um enigma, entretanto, compreenderia os significados em que a vida se traduz, ou seja, suas categorias. Uma dessas categorias manifesta-se nas obras artísticas: a estética e o seu anverso - a ética. A literatura pode ser vista como uma obra ensaística que se opera na manifestação específica da linguagem.

This article reflects on memory and literature, both in a hermeneutic perspective. It shows that both literary writings and documents and/or historical archives must be interpreted. This means they are not to be understood by what they say, but also by experiences they witness in within the text. What readers learn from this historical and literary narrative is life itself, which remains a mystery; however, they can understand the meanings through which life is manifested – its categories. One of these categories manifests itself in the artistic writings: esthetic and its opposite – ethic. Literature can be seen as a rehearsed piece that operates in the frame of life – in the specific manifestation of the language.

Palavras-chave: Memória. Literatura. Experiência Testemunhal. Linguagem.

Key words: Memory. Literature. Witnessing Experience. Language.

A Literatura e a Formação Humana

Toda vivência implica os horizontes do anterior e do posterior e se funde, em última análise, com o *continuum* das vivências presentes no anterior e no posterior para formar a unidade do fluxo da vida. (HANS-GEORG GADAMER).

Existe algo nas estruturas profundas de nosso pensamento que nos impulsiona a busca do desconhecido, de modo que é a precedência e a potencialidade constante do *não-ser* que outorgam à criação o esplendor de sua existência e a vulnerabilidade de sua verdade. A criação, por isso, oferece-se por definição como aquilo que afirma a liberdade e que inclui e exprime, em sua encarnação, a presença de tudo que esteja ausente de sua essência ou de tudo que poderia ter assumido uma forma radicalmente diversa (STEINER, 2003, p.143).

* Mestranda do Curso de Cognição e Linguagem (UENF), Pós-graduada em Administração Pública: Gestão Patrimonial e Diagnóstico de Instalações Escolares e graduada em letras (português e literatura de língua portuguesa). Professora da Rede Estadual de Ensino e do Curso Pró-Cefet – Campos dos Goytacazes, RJ - Brasil

A verdade por que tanto ansiávamos acontece no que Heidegger chama de destino do *ser*. O empenho de nosso pensamento para atingir um ponto modal é a própria errância do sentido do *ser*. A partir desta constatação, remetemo-nos ao pensamento de Manuel Antônio de Castro: "Na contínua busca de sua origem, o homem parte em busca do que não pode ser conhecido" (1982, p. 62).

Num esforço de resgatar a essência da verdade e na esperança de conduzi-la ao horizonte do humano, o homem investiga dialeticamente (*interioridade/exterioridade*) sua situação no mundo. Trata-se de um movimento permanente, por isso *errante*, que nos projeta em devir sempre nebuloso, porque coberto pela cortina que nos impede de perceber a luminescência da verdade. É o que nos diz Ivo Lucchesi:

Inegavelmente, a trajetória do homem se denuncia contraditória, determinando para o seu percurso o esforço na tentativa de o homem superar a contradição. Se o homem estabelece como meta a *verdade* e apenas vivencia a *não-verdade*, então está ele condenado ao fracasso. Qual, pois, a razão da procura, se é a escuridão seu ponto de chegada? A razão se sustenta pelo *impulso de liberdade*. É esta contradição (a busca do inatingível) que confere grandiosidade aos atos humanos (...). Trata-se de uma tensão permanente entre superação e engano (falsa vitória e consciência da perda) que, a cada momento, reafirma a *errância* em que vê o homem imerso (1987, p. 15). (*grifos nossos*)

Foi, portanto, por meio da linguagem – tradução de nossos pensamentos – que o homem pôde expressar seus sentimentos e angústias diante do indizível. Diante desse conflito, o homem tentou estabelecer um lugar firme para sustentar suas crenças e valores nas diversas manifestações da sua vontade de verdade. Seus pensamentos se voltaram, a princípio, para a grandiosidade da vida. Segundo, Charles Bally (1947, p.20): "No se trata, ya se ve, de la vida considerada em sí misma, sino de la conciencia de vivir y de la voluntad de vivir; no de la vida tal como el biólogo se la representa en su realidad objetiva, sino del sentido vital que llevamos em nosotros mismos".

Esse complexo movimento formado de desejos e ações que germinam e se expandem de nossos pensamentos denomina-se o mundo da vida. Um mundo de palavras. Para Nietzsche, o homem não se contentou apenas com a simplificação e esquematização dessas palavras:

(...) e buscou desenvolver um emaranhado significativo que fosse capaz de substituir as coisas, a pluralidade. Para isto ele precisou esquecer que o que fazia era criar nomes, e passou a acreditar nos nomes das coisas como "em verdades eternas." É a ficção de correspondência entre as palavras e as coisas a base fundamental em que repousa a construção de um outro mundo. O outro mundo dos signos é a primeira ficção humana. A linguagem é nosso primeiro outro mundo (apud MOSÉ, 2005, p.45-46).

Através desse universo de palavras, o homem manifestou sua vontade de eternizar a sua existência e descobriu a palavra: felicidade. Assim,

Todos los hombres – disse Pascal – buscan ser felices: no hay excepción. Por diferentes medios que empleen, todos tienden a esa meta; lo que hace que unos vayan a la guerra, y que otros no, es ese idéntico deseo, acompañado de diferentes perspectivas. La voluntad no da jamás el menor paso sino hacia ese objeto. Es el motivo de todas las acciones de todos los hombres, hasta de los que se quieren perder (apud BALLY, 1947, p. 23).

Como o caminhar do homem é errante, de idas e vindas, trafegando num deserto povoado de imagens e sensações, de aproximações e afastamentos, de identidades e diferenças, ele resolveu empreender, como signo de sua existência, uma obra. Quando o ser instaura sua obra, o mundo e todas as coisas adquirem sua permanência e sua urgência, sua distância e proximidade, sua amplidão e estreiteza. Através do fazer do homem, a obra produz algo que chega a manifestar-se: a matéria de que a obra é feita é posta à vista. Nesse momento, a arte – produção criativa do homem – permite-nos erigir uma abertura introspectiva, como podemos inferir pelas palavras de Bornheim (2001, p.210): “a obra de arte é o templo que nos permite uma inspeção, um olhar para dentro desse mundo”.

Exatamente como no mistério do livre-arbítrio outorgado por Deus às suas criações, os artistas liberam no mundo agentes do imaginário e de alguma poeira de pré-existência cujo destino subsequente e cuja liberdade de ação terminam por desafiar o criador (STEINER, 2003, p.187).

Por isso, lemos uma obra, em especial, romances, porque ela nos oferece a agradável impressão de habitar mundos em que a noção de verdade é inabalável. É na ficção, afirma Humberto Eco:

(...) que procuramos a espécie de certeza e segurança intelectual que o mundo real não pode oferecer... Lemos romances a fim de localizar uma forma na informe quantidade de experiências terrenas. Participamos de um jogo, mas dele participamos a fim de instilar sentido na desordenada profusão de fenômenos terrenos – procuramos abrigo contra a *Angst*, essa profunda ansiedade que nos acossa sempre que desejamos dizer algo a propósito do mundo, com segurança (apud BAUMAN, 1998, p.151-152).

Mas apesar do deleite com a leitura experienciada, sabemos que a nossa travessia é temporária e a linguagem é o reflexo dessa certeza – os personagens morrem no final da história e o livro volta a se fechar. A felicidade da obra é eterna, entretanto a mortalidade não é virtual. De modo que a comunicação dessas experiências tornou-se líquida e esfacelada, a tradição oral dessas experiências deixou de ser compartilhada

coletivamente. Surgiu assim, uma tendência das narrativas contemporâneas em recriar um universo propício para a reconstrução dessas experiências vividas, isoladamente. O romance parte à procura do sentido da vida, da morte, da história (BENJAMIN, 1994, p.13-14). Encontramos na obra de Kafka, a representação simbólica da perda da experiência e

(...) da desagregação da tradição e do desaparecimento do sentido primordial. Kafka conta-nos com uma minúcia extrema, até mesmo com certo humor, ou seja, com uma dose de jovialidade (“Heiterkeit”), que não temos nenhuma mensagem definitiva para transmitir, que não existe mais uma totalidade de sentidos, mas somente trechos de histórias e sonhos. Fragmentos esparsos que falam do fim da identidade do sujeito e da univocidade da palavra, indubitavelmente uma ameaça de destruição, mas também – e ao mesmo tempo – esperança e possibilidade de novas significações¹.

A partir dos fragmentos – de histórias e sonhos mal vividos – de sua memória, o homem vai tecendo e reconstruindo, afetivamente, os rastros não intencionais deixados ou esquecidos num turbilhão de sensações conflituosas. Por isso,

o rastro não é um signo como outro. Mas exerce também o papel de signo. Pode ser tomado por um signo. O detetive examina como signo revelador tudo o que ficou marcado nos lugares do crime, a obra voluntária ou involuntária do criminoso; o caçador anda atrás do rastro da caça; o rastro reflete a atividade e os passos do animal que ele quer abater; o historiador descobre, a partir dos vestígios que sua existência deixou, as civilizações antigas como horizontes de nosso mundo. *Tudo se dispõe em uma ordem, em um mundo, onde cada coisa revela outra ou se revela em função dela* (GAGNEBIN, 2006, p.113-114). (*Grifos nossos*)

Os signos deixados pela marca do tempo retornam em cada obra de arte porque, segundo Zygmunt Bauman (1998, p.157), “a arte torna acessível, desvenda tudo que é diferente do habitual”. De modo que os poetas encontram no lixo da sociedade nas ruas e no próprio lixo, o seu assunto heroico. E se cada coisa revela outra ou se revela em função, então o assunto heroico do poeta também o será do romancista à medida que ambos se utilizam da mesma fonte criadora: o homem. O primeiro dispõe do ritmo e da melodia para que a palavra emergja enquanto efeito-signo no coração do homem; o segundo, o efeito-signo da palavra faz brotar a imagem-marca na mente do homem. Ambos travam uma batalha com o próprio destino do homem. Do lixo ou do luxo, sem distinção, o ato de lembrar e de esquecer vigoram como liberdade e condenação.

¹ “Os escritos de Kafka são por sua própria natureza parábolas. Se Proust personifica a força salvadora da memória, Kafka faz-nos entrar no domínio do esquecimento.” (cf. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; trad. Sérgio Paulo Rouanet). São Paulo: Brasiliense, 1994, p.18).

Trata-se no fundo, de uma luta contra o tempo e contra a morte através da escrita – luta que só é possível se morte e tempo forem reconhecidos, e ditos, em toda a sua força de esquecimento, em todo o seu poder de aniquilamento que ameaça o próprio empreendimento do lembrar e do escrever².

Só a literatura é capaz de elevar à potência a linguagem do tempo e da disjunção da síntese da vida. O limite da linguagem, que a põe em contato com elementos não linguísticos, é na visão de Deleuze o *de-fora*:

(...) visões e audições possibilitadas, inventadas pelas palavras, que são não linguísticas, mas não são independentes da linguagem. Se escrever implica ver e ouvir, se o escritor vê e ouve através das palavras, entre as palavras, trata-se de visões e audições especiais que são mais profundas que as percepções comuns, porque são capazes de dar conta da intensidade, de captar as forças da vida ou do mundo (apud MACHADO, 2010, p.212).

Somente uma linguagem levada ao extremo limite, elevada à potência do indizível, torna possível ver e ouvir o mundo, sua história, seu tempo e o escavar de suas memórias pelas mãos do artista de sensações. Com isso, a literatura diz respeito

[...] ao povo e não a indivíduos excepcionais, a grandes indivíduos; o escritor é alguém que preserva os direitos de um povo por vir, e por isso inventa um uso menor da língua maior, pondo-a em desequilíbrio, fazendo-a bifurcar e variar em seus termos. Neste sentido, a escrita é coletiva, impessoal, isto é, há um modo não subjetivo, impessoal da escrita que destrona a figura do indivíduo escritor, do autor. De modo que o que produz enunciados em cada um de nós não se deve a nós como sujeitos, mas a outra coisa, às multiplicidades, aos povos e às tribos, aos agenciamentos coletivos que nos atravessam, que nos são interiores e que não conhecemos porque fazem parte de nosso próprio inconsciente.³

Assim, a literatura – criadora de agregados sensíveis⁴ – projeta este artefato linguístico dos *de-fora* onde não só o inconsciente coletivo se instaura, mas também a força retrospectiva da memória. Como podemos inferir pelas palavras de Arlete Sendra em seu artigo, Memórias Afetivas de Campos (2004, p.53): “É sempre na memória que se dá o encontro do homem com ele próprio, porque é nela que são armazenadas as vivências constituídas muitas vezes, aliás, quase sempre, não pelos fatos como realmente acontecidos, mas como sentidos e vividos”.

² “Quando alguém escreve um livro, ainda nutre a esperança de que deixa assim uma marca imortal, que inscreve um rastro duradouro no turbilhão das gerações sucessivas, como se seu texto fosse um derradeiro abrigo contra o esquecimento e o silêncio, contra a indiferença da morte.” (cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006).

³ “A literatura é agenciamento coletivo de enunciação.” (cf. DELEUZE apud MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010, p.216).

⁴ “O verdadeiro objeto da ciência é criar funções, o verdadeiro objeto da arte é criar agregados sensíveis e o objeto da filosofia é criar conceitos.” (cf. DELEUZE, Gilles. *Conversações*; (trad. de Peter Pál Pelbart). São Paulo: Editora 34, 1992, p.14). (*grifos nossos*)

Esta vivência não apenas de cunho biológico, mas preponderantemente, de cunho psíquico, diz respeito à vivência da própria vida. Para Dilthey (apud NUNES, 1999, p.45): “O viver é um transcurso no tempo, em que cada estado, antes de converter-se em objeto distinto, já está mudando, pois que o momento seguinte se constrói sobre o anterior e, nesse transcurso, cada momento, entretanto não captado, se transforma em passado”.

Sendo assim, a temporalidade da história e a conexão com a vivência equivalem a uma vida histórica. A história de um povo, de uma cultura é desse modo transpassada pelas variações imaginativas de um escritor que, ao seduzir seu leitor na trama da narrativa, instaura uma reconfiguração do passado – não o seu texto original – pelo horizonte de expectativa do futuro a partir da experiência testemunhal de seus personagens.

O que os leitores compreendem desta narrativa histórico-literária não seria a vida em si, que permanece um enigma; entretanto compreenderia os significados em que a vida se traduz ou se exprime, ou seja, as categorias da vida. Uma dessas categorias manifesta-se na literatura: a estética⁵ e o seu anverso – a ética.

A Literatura e a Memória

A literatura – estrutura hermenêutica da vida – torna-se compreensível porque mediatiza os valores e os fins da ação que ela mesma objetiva enquanto produto da cultura, principalmente em seus escritos que podemos recuperar. A recuperação dos escritos e das marcas-signos de um povo, da pertença de uma sociedade reside na linguagem pessoal, social e cultural de seus agentes fomentadores da imaginação e do imaginário: o artista, o poeta, o escritor, o fazedor de sonhos e afectos.⁶ Cada obra literária traz em si uma vivência, que pode ser traduzida pelo pensamento de Gadamer:

Cada vivência é trazida para fora da continuidade da vida, permanecendo ao mesmo tempo referida ao todo da própria vida. Não apenas porque, enquanto vivência, somente há de continuar viva na medida em que ainda não esteja inteiramente elaborada no contexto da própria consciência da vida. Também o modo como *se subsume* por sua elaboração no todo da consciência vital é algo que vai muito além de qualquer *significado*, do qual alguém pensa saber. Na medida em que a vivência fica integrada no todo da vida, este todo se torna também presente nela (2008, p.116) (*Grifos nossos*)

Valendo-nos da conceituação estético-hermenêutica de vivência, já anteriormente

⁵ “A arte é mais que uma bela representação de uma coisa: é a representação de *idéias estéticas*, isto é, de algo que ultrapassa todo o conceito.” (KANT apud GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*; (trad. de Flávio Paulo Meurer). Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p.95)

⁶ “Os afectos são precisamente estes devires não humanos do homem.” (Termo utilizado por Gilles Deleuze em sua obra, *O que é a Filosofia*; (trad. de Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz). Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p.220). (*grifos nossos*)

abordada por Gadamer (2008) e de expressão⁷, de Droysen (1935), podemos concluir que o leitor é aquele que vivencia a história porque é um eu, uma totalidade em si – a memória é coletiva – e a partir dessa totalidade, ele a completa pela exteriorização individual – suas lembranças são afetivas – de suas percepções enquanto ser histórico. É por esta razão que Dilthey afirma (apud GADAMER, 2008, p.300): “A primeira condição de possibilidade da ciência histórica consiste em que eu mesmo sou um ser histórico, e que aquele que investiga a história é o mesmo que a faz.” Na mesma esteira de pensamento, assim nos diz Heidegger (apud GADAMER, 2008, p. 350): “Só fazemos história na medida em que nós mesmos somos históricos; significa que a historicidade da *pre-sença* humana em toda a sua mobilidade do relembrar e do esquecer é a condição de possibilidade de atualização do passado em geral.” (*Grifos nossos*)

Por isso, a pertença é uma condição para o sentido originário do interesse histórico, não porque a eleição de temas e o questionamento estejam submetidos a motivações subjetivas e extracientíficas, mas porque a pertença a tradições faz parte da finitude histórica da *pre-sença* tão originária quanto essencialmente como seu estar-projetado para possibilidades futuras de si mesma⁸.

Sendo assim, tanto o historiador quanto o escritor contemporâneo não podem se descuidar de que a nossa cultura – no caso específico do Brasil – é marcada pela prática mista da tradição oral ao lado da escrita e que esta foi tomada de assalto pela colonização tecnológica, caracterizada pela onipresença de imagens. De modo que a arqueologia do tempo – a tradução das ruínas e fragmentos da História – tecida pela historiografia e pela literatura contemporânea deve transformar a força da imagem a seu favor para que se empreenda uma cartografia mnemônica do ato de escavar e recordar através da filosofia da linguagem. Esse fundamento pode ser compreendido em um dos fragmentos da Crônica berlinense (1974) onde Benjamin afirma:

A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o *médium*. É o médium onde se deu a vivência, assim como o solo é o *médium* no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo, pois fatos nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação, ou seja, *as imagens* que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxada cautelosa

⁸ “Assim, não há compreensão ou interpretação que não implique a totalidade dessa estrutura existencial, mesmo que a intenção do conhecedor seja apenas ler o que está aí e extrair das fontes como realmente foi.” (cf. HEIDEGGER apud GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*; (trad de Flávio Paulo Meurer). Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 351.)

e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, *quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho*. Assim, verdadeiras lembranças devem proceder muito menos informativamente e antes indicar o lugar exato onde o investigador se apoderou delas. A rigor, épica e rapsodicamente, uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo fornecer a imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente⁹.
(*Grifos nossos*)

O percurso de quem se aventura a retecer ficcionalmente o texto da experiência – testemunhal – de um passado histórico é interminável. A promessa do reencontro nunca se cumpre integralmente. O *eidos* não pode ser perfurado. Quem se propõe a

desdobrar os compartimentos da memória – afirma Benjamin – encontra sempre novos membros, novas varinhas, nenhuma imagem o satisfaz, pois ele reconheceu que ela se deixa desdobrar; o próprio encontra-se nas dobras: aquela imagem, aquele gosto, aquele tatear pelo qual nós separamos e desdobramos tudo; e então a recordação vai do pequeno ao menor e do menor ao mais diminuto e sempre se torna mais violento aquilo com o que ela se defronta nesses microcosmos.¹⁰

Por isso, se a arte tem como seu centro de gravidade o trabalho com a memória (ou melhor, o trabalho da memória), a literatura que situa a tarefa do testemunho no seu núcleo, por sua vez, é a literatura *par excellence* da memória. O escultor de memórias sabe que, no campo desta, atua a seleção dos momentos do passado e não o seu total arquivamento, ou seja, a memória só existe ao lado do seu contrário – o esquecimento. Cabe ao artista – aquele que congela o tempo e resgata o sopro de uma existência – não denegar os fatos pretéritos, mesmo os mais traumáticos, relacionar o nosso passado histórico (BENJAMIN apud SELIGMANN, 2003, p.77) de modo a salvar os cacos desta ruína sem distinguir os mais valiosos dos aparentemente sem valor. A felicidade do catador-colecionador advém de sua capacidade de reordenação salvadora desses materiais abandonados pela humanidade carregada pelo progresso no seu caminhar cego.

Para tanto, o movimento de construção e desconstrução do passado é levado a efeito pelo historiador literário, resultando na emergência do fragmentário e do residual como forma de autoproteção da linguagem, que se expande e se contrai até os limites da sua impossibilidade de tudo abarcar no espaço do signo. A literatura reproduz a própria imagem traumática dos vazios e interstícios dos (pre)textos do autor porque

⁹ BENJAMIN apud SILVA, Márcio Seligmann (Org). *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003, p. 403-404.

¹⁰ Idem Ibidem, p. 408.

La scrittura forse non può dare veramente voce alla desolazione assoluta, al niente della vita, a quei momenti nei quali essa è solo vuoto, privazione, orrore. Già il solo fatto di scriverne riempie in qualche modo quel vuoto, gli dà forma, rende comunicabile l'orrore e quindi, sia pure di poco, trionfa su di esso.¹¹

Na verdade, a literatura é uma mostra do modo como uma determinada ética da história atua na construção de uma imagem do passado. Para Márcio Seligmann (2003, p.67), “não existe uma História neutra; nela a memória, enquanto uma categoria abertamente mais afetiva de relacionamento com o passado, intervém e determina em boa parte os seus caminhos.”

Ainda com relação a este entendimento sobre a história, a doutora em semiótica, Arlete Sendra, também nos diz que

A narrativa histórica é sempre constituída com artefatos da linguagem – pessoal, social, cultural – independente de seu caráter ficcional, fabuloso ou científico. A história imersa na temporalidade, traz um viés de singularidade, está no nível da *doxa*, do achismo. A *episteme*, ao contrário, está no nível do permanente, do intemporal, traz o viés da permanência. Por transitar pelas múltiplas formas de linguagens que vestem múltiplos objetos e conhecimentos, a história é tão vulnerável à opacidade do ontem quanto às armadilhas do amanhã e instrumentalizada sempre pela polifonia do tempo social e do tempo cultural.¹²

No que concerne a este aspecto, Hegel frisa que:

O historiador é sempre marcado pela cultura do seu tempo e, quando toma por objeto de sua reflexão os acontecimentos de uma época longínqua, trará com efeito seu espírito ao que descreve. Se ele se dedica a uma época diferente da sua, trazida por uma visão de conjunto, seja de um povo seja de um país ou do mundo, escreve a história universal. Quando constrói a visão geral almejando doar às narrativas do passado a animação da vida atual, escreve a história pragmática, que tem por fim retirar dos acontecimentos as lições úteis para a cultura moral das novas gerações. O terceiro modo da história reflexiva é a crítica, consistindo em uma história da história: uma apreciação das narrativas e uma investigação sobre sua verdade e sua credibilidade. Enfim, a história reflexiva especial que possui como objeto a arte, o direito, a religião, contudo adotando pontos de vistas gerais, se constitui uma transação à história universal filosófica.¹³

¹¹ “A escrita talvez não possa, realmente, dar voz à absoluta desolação, o nada da vida, aqueles momentos em que é apenas o vazio, a privação, o horror. O simples fato de escrever preenche de algum modo esse vazio, dá-lhe forma, faz com que o horror seja comunicável, ainda que ligeiramente, triunfe sobre ele”. MAGRIS, Claudio apud MARGATO, Izabel e CORDEIRO GOMES, Renato (Orgs). *Literatura/Política/Cultura: (1994-2004)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.98.

¹² CARLOS GANTOS, Marcelo (Org). *Campos em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Papel Virtual; UENF, 2004, p.55.

¹³ HEGEL apud LEAL, Ivanhoé Albuquerque. *História e ação na teoria da narrativa de Paul Ricoeur*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p.157.

Sob esta visão, os vínculos normativos imanentes à comunidade podem configurar uma compreensão intersubjetiva que se perfaz numa perspectiva hermenêutica:

As instituições, as normas, os valores e os grupos sociais, persistindo no trânsito geral, quaisquer que sejam as vicissitudes, as alternâncias de alianças e de conflitos no nível das transações particulares entre os indivíduos, são contemporâneos da constituição do mundo objetivo de cultura, correlato de uma práxis comunitária e não somente intersubjetiva, e de uma comunidade de comunicação lingüística.¹⁴

E assim, a literatura – numa reconstrução do espaço semiosférico em que situa a narrativa – interpreta uma suposição fundamental de que a tradição deva ser compreendida num sentido diferente do que os textos oficiais exigem como demarcação histórica. A interpretação se torna necessária onde o sentido de um texto não se deixa compreender, imediatamente. Trata-se de uma história de vida (real ou ficcional) cujo modelo não está na constatação de fatos, mas na peculiar fusão de recordação e expectativa que o texto possibilita pelo plano de expressão de sua mensagem.

O que prefigura assim, o modo de conhecimento da filosofia histórica – inerente à literatura – é, sobretudo, o sofrimento e a lição que resultam da dolorosa experiência da realidade para aquele que amadurece rumo à compreensão: o “intertempo” (tempo público) e o “intratempo” (tempo particular) refletem o caráter temporal da experiência humana, o ponto para onde converge o ato de narrar, aquele que supera a clivagem entre o vivido e o cronológico. Segundo Paul Ricoeur, um tempo “no singular coletivo”. Este tempo peculiar onde a memória e a literatura abarcam, totaliza-se em dois processos em curso, tanto no nível da história narrativa quanto no da história efetiva.

A partir desse olhar, podemos inferir que o discurso, enquanto acontecimento de linguagem, constitui ato intencional que se exterioriza dentro do tempo, é auto-referencial, configura o mundo que representa e endereça-se ao outro. Essas são as características que permitem a fixação da palavra na escritura, e constituem a objetividade requerida para a interpretação dos documentos escritos.

Considerações finais

A interpretação toma parte na discursividade do espírito humano que somente é capaz de pensar a unidade da coisa no suceder-se de um elemento para o outro. Por isso, a interpretação possui estrutura dialética de todo ser finito e histórico, à medida que toda interpretação tem que começar por algum ponto, buscando superar a unilateralidade que ela introduz com seu começo. Assim como a dialética filosófica consegue expor o todo

¹⁴ PETIT, Jean-Luc apud LEAL, Ivanhoé Albuquerque. *História e ação na teoria da narrativa de Paul Ricoeur*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p.145.

da verdade através da autossuspensão de todas as imposições unilaterais e pelo caminho do aguçamento e da superação das contradições, também o esforço hermenêutico tem como tarefa pôr a descoberto um todo de sentido na multilateralidade de suas relações.

O que se constata num texto histórico-literário precisa ser despojado de toda a contingência que lhe é inerente e compreendido em sua idealidade plena, a única a conferir-lhe seu real valor. Precisamente por desvincular totalmente o sentido do enunciado daquele que enuncia, a fixação por escrito permite que o leitor – estética e eticamente – possa defender sua própria pretensão de verdade. O que ele compreendeu é sempre mais do que uma opinião estranha, já que é sempre uma possível relativização da história, do seu tempo e do que ficou registrado em sua memória.

A memória, dessa forma, resguarda tanto a singularidade do evento quanto a continuidade histórica que ele significou. Corolário dessa proposição: “a memória existe no plural uma vez que na sociedade dá-se constantemente um embate entre diferentes leituras do passado, entre diferentes formas de enquadrá-lo.” Procurando um sentido e encadeando-o em outras construções, a memória – lembrando-nos do pensamento de Márcio Seligmann – cria nexos e explicações e assim, desenvolve uma espécie de auto-história.

Desse modo, a relação hermenêutica – existente na memória e na literatura – é circular e se efetua tanto no des-velamento da grafia da obra – arquivos e/ou documentos – quanto no des-velamento do homem à sua própria autobiografia. Esse diálogo intratextual dá-se por uma afirmação ôntica – identidade do homem consigo mesmo – uma vez que toda linguagem transcende a essência do texto e percorre a circunscrição do outro. O que se torna desvelado pela compreensão do homem ao penetrar no ser que habita esta obra histórico-literária são as manifestações de vestígios do passado em desdobramento com as moradas do presente que se entrecruzam na grafia do tempo mnemônico de um eu, presente em cada história.

Referências

BALLY, Charles. *El Lenguaje La Vida*. Buenos Aires: Losada, 1972.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORNHEIM, Gerd. *Metafísica e Finitude*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CASTRO, Manuel Antônio de. *O acontecer poético: a história literária*. Rio de Janeiro: Antares, 1982.

MARGATO, Izabel; CORDEIRO GOMES, Renato (Org). *Literatura/Política/Cultura:*

(1994-2004). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Trad. de Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FERNANDES, José. *O Poeta da Linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1983.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. de Flávio Paulo Meurer. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed.34, 2006.

GANTOS, Marcelo Carlos. (Org). *Campos em perspectiva*. Rio de Janeiro: Papel Virtual; UENF, 2004.

LEAL, Ivanhoé Albuquerque. *História e ação na teoria da narratividade de Paul Ricoeur*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LUCCHESI, Ivo. *Crise e Escritura; uma leitura de Clarice Lispector e Vergílio Ferreira*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MOSÉ, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NUNES, Benedito; JOSÉ CAMPOS, Maria. (Org). *Hermenêutica e poesia: o pensamento poético*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org). *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

STEINER, George. *Gramática da Criação*. Trad. de Sérgio Augusto de Andrade. São Paulo: Globo, 2003.

Artigo recebido em: 14 set. 2011
Aceito para publicação: 6 set. 2012